

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio
Grande do Sul - CAU/RS**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OBS: O relatório será incluído oportunamente, entretanto os modelos podem ser consultados por meio da NBCTA 700 do Conselho Federal de Contabilidade.



NBCTA700.pdf

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/RS é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/RS.

O Conselho está localizado na rua Dona Laura 320, 14º e 15º andares, Porto Alegre/RS.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2024.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 17.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo e é reconhecido o valor de todas as anuidades não pagas no exercício conforme os relatórios 14 e 15 do SICCAU, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

As receitas do conselho, conforme previsão legal, são divididas em 80% para o CAU/UF e 20% para o CAU/BR. Até o exercício de 2021 era reconhecido nos créditos a receber o valor dos 80% que o CAU/RS receberia, porém, a partir de 2022 é reconhecido o valor de 100%, conforme alteração no critério de contabilização proposto pelo CAU/BR.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RS procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.

b) **Base de mensuração** - No exercício de 2017 foi utilizada a média ponderada dos

percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017. A partir do ano de 2018, o critério adotado foi o de média simples dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas dos três anos anteriores. São calculados um percentual para Perdas de Devedores Duvidosos de pessoas físicas e um para pessoas jurídicas sendo aplicados sobre os respectivos saldos a receber de anuidades de exercícios anteriores ao final do exercício.

- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política e a alteração do critério no ano de 2018, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/RS, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/RS segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor residual</u>
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Sistemas de processamento de dados	5	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RS procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/RS adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança. As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores são de anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Caixa	-	-
Banco conta movimento	287.950	384.024
Aplicações financeiras	19.175.959	22.002.968
Total	19.463.909	22.386.991

Os valores em conta corrente referem-se a arrecadação da semana de 26/12/2023 a 29/12/2023, semana no qual o CAU/RS não teve expediente não sendo possível realizar a aplicação financeira desses valores.

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos a Receber

Contas a Receber de Anuidades	2023	2022
Pessoa Física - do exercício	3.386.689	3.034.927
Pessoa Física - dos exercícios anteriores	6.888.924	5.660.471
Pessoa Jurídica - do exercício	1.426.342	1.398.895
Pessoa Jurídica - dos exercícios anteriores	3.475.303	3.339.182
Dívida Ativa - Pessoa Física	1.094.010	979.451
Dívida Ativa - Pessoa Jurídica	2.330.937	1.977.751
(-) Provisão para Devedores Duvidosos - PF	(6.408.073)	(5.414.940)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos - PJ	(4.719.820)	(4.497.563)
Total	7.474.313	6.478.174

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	2023	2022
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	4.813.032	4.433.823
Mais de 360 dias	13.789.174	11.956.855
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(11.127.893)	(9.912.503)
Total	7.474.313	6.478.174

A Entidade registra a provisão para perda estimada para devedores duvidosos, após

análise individualizada.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

7.1. Impostos

Descrição	Consolidado	
	2023	2022
ICMS a recuperar	-	-
PIS e COFINS a recuperar	-	-
IPI a recuperar	-	-
IRPJ e CSLL a recuperar	-	-
INSS a recuperar	12.101	-
Outros impostos a recuperar	671	417
Total	12.772	417
Circulante	12.772	4.753
Não circulante	-	-
Total	12.772	4.753

7.2 Demais Créditos a Curto Prazo

Descrição	Consolidado	
	2023	2022
Vale Transporte a apropriar	-	-
Vale Alimentação a apropriar	101.632	-
Plano de Saúde a apropriar	-	-
Adiantamento de Salários	55.776	46.804
Outros Créditos de curto prazo	5.004	8.219
Total	162.413	55.023

8. Estoques

Descrição	2023		2022	
Materiais Elétricos e de Telefonia	6.010		4.330	
Materiais de Limpeza e de Higiene	39.252		29.793	
Materiais para Manutenção de Bens Móveis	-		-	
Material de Escritório	94.507		34.822	
Material para Manutenção de Bens Imóveis	249		145	
Materiais de Copa e Cozinha	4.699		2.929	
Materiais de Informática	467		523	
Gêneros Alimentícios	2.882		3.586	
Total	148.066		76.128	

9. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Descrição	Consolidado	
	2023	2022
Prêmios de Seguros a Apropriar	12.453	28.088
Assinaturas a Apropriar	-	-
Licença de Software a Apropriar	42.187	7.329
Total	54.639	35.417

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2023	2022
Salas	5.687.440	(2.004.695)	3.682.745	1.678.050
Instalações	57.300	(18.861)	38.439	19.578
Veículos	990.871	(878.401)	112.470	- 765.930
Móveis e utensílios	680.230	(405.049)	275.182	- 129.867
Máquinas e Equipamentos	393.573	(197.145)	196.428	- 717
Equipamentos de Processamento de Dados	1.828.459	(969.313)	859.146	- 110.168
Obras em andamento	1.011.850	-	1.011.850	1.011.850
Total	10.649.723	(4.473.463)	6.176.260	1.702.797

10. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31.12.2023</u>
Salas	3.887.493	-	-	(204.748)	3.682.745
Instalações	5.627	36.098	-	(3.285)	38.439
Veículos	119.775	-	(49.428)	42.124	112.470
Móveis e utensílios	223.064	95.229	-	(43.111)	275.182
Máquinas e Equipamentos	195.661	29.709	-	(28.942)	196.428
Equipamentos de Processamento de Dados	247.028	781.200	-	(169.083)	859.146
Obras em andamento	501.044	510.806	-	-	1.011.850
Total	5.179.690	1.453.042	(49.428)	(407.044)	6.176.260

As aquisições em 2023 foram em sua maioria equipamentos de processamento de dados para melhoria do trabalho remoto, máquinas e móveis para o espaço do arquiteto e a obra de reforma da loja que servirá para atendimento aos arquitetos e urbanistas que tinha previsão de término para o primeiro semestre de 2021, teve o contrato rescindido e em 2022 recomeçou com a nova empresa contratada.

11. Intangível

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Sistema de Processamento de Dados	137.499	95.475
(-) Amortização Acumulada	(80.722)	(75.134)
Total	56.778	20.341

12. Fornecedores a pagar

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prestação de serviço	139.495	224.334
Fornecedor de materiais	2.222	13.863
Encargos Patronais e Folha de Pagamento	128.465	211.587
Outros fornecedores	53.766	14.610
Total	323.947	464.394

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Descrição	2023	2022
A vencer	323.947	464.394
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Total	323.947	464.394

13. Pessoal a Pagar

Referem-se as apropriações mensais para férias, 13º salário e seus respectivos encargos, sendo contabilizadas conforme relatório fornecido pela empresa terceirizada responsável pela folha de pagamento do CAU/RS.

Descrição	2023	2022
Férias	893.938	843.142
INSS s/ Provisão de Férias	193.741	177.060
FGTS s/ Provisão de Férias	71.514	67.451
PIS s/ Provisão de Férias	8.939	8.431
Total	1.168.132	500.630

14. Demais Obrigações a Curto Prazo

A entidade possuía, em 31/12/2023, saldos de valores restituíveis conforme segue:

Descrição	2023	2022
INSS retido na folha de pagamento	53.138	53.683
IRRF da folha de pagamento	151.365	154.279
ISS retido de prestadores de serviço	7.575	12.951
IRPJ/CSLL/PIS/COFINS retidos de prestadores de serviço	23.440	52.311
Garantia de contrato - Maier Contabilidade e Auditoria LTDA	-	5.465
Outros Valores Restituíveis	3.228	5.642
Total	238.745	284.330

15. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim representadas:

Natureza	Descrição	2023	2022
Trabalhista	José Milton This	8.000	8.000
Trabalhista	Angelita Oliveira de Souza	-	-
Trabalhista	Antônio Jorge dos Santos Prestes	14.755	14.755
Trabalhista	Marilene da Rosa Silva Freitas	5.000	5.000
Trabalhista	Luana Borges da Silveira	-	-
Trabalhista	Rodrigo Jaroseski	30.000	30.000
Trabalhista	Fabiana Beal Pacheco	20.000	20.000
Trabalhista	Denise Maria da Costa Lima	20.000	20.000
Trabalhista	Grasielle dos Santos Lima	15.000	15.000
Trabalhista	Grasielle dos Santos Lima	35.000	35.000
Cível	Carolina Cesa Correia	-	364
Total		147.755	148.120

A movimentação da provisão no exercício de 2023 está demonstrada a seguir:

Natureza	2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2023
Trabalhistas	147.756	-	0	-	-	147.756
Cíveis	364	-	(364)	-	-	-
Total	148.120	-	- 364	-	-	147.756

a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2023, além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima o valor de R\$ 99.558,51 decorrente de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

16. Patrimônio Líquido

Descrição	2023	2022
Superávit ou Déficit do Exercício	(555.648)	766.879
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	32.155.518	30.716.012
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	672.626,78
Patrimônio Líquido	31.599.870	27.485.944

17. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2023 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/RS, tratando-se de cargos honoríficos remunerados através de diárias e ajudas de custos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2022 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

18. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2023	2022
Depreciação e amortização	456.375	456.021
Despesas com pessoal	12.632.212	11.966.019
Despesas com contratação de terceiros	5.034.784	3.659.227
Material de consumo	181.960	148.580
Diárias e locomoção	956.246	569.116
Impostos, taxas e contribuições	12.254	9.872
Provisão para devedores duvidosos	1.215.389	1.318.782
Transferências	1.768.309	2.489.262
Outras receitas e despesas	12.000	9.839
Total	22.269.530	20.626.718

19. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2023	2022
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	21.713.882	21.393.597
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(22.269.530)	(20.626.718)
(=) Superávit Patrimonial apurado	(555.648)	766.879
Resultado Orçamentário	2023	2022
Receita Orçamentária Arrecadada	19.438.188	18.579.956
(-) Despesas Empenhadas	(22.186.267)	(19.466.382)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	(2.748.079)	(886.426)
Resultado Financeiro	2023	2022
Saldo Disponível Apurado	19.463.909	22.386.991
(-) Passivo Financeiro	(2.921.258)	(3.053.406)
(=) Superávit Financeiro Apurado	16.542.651	19.333.585
16543		

20. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2023, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos.	3.830.585
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	-
Total		3.830.585

A importância segurada dos seguros dos oito veículos segurados do CAU/RS é de 100% do valor de mercado referenciado.

21. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

Pedro Reusch Ianzer Jardim
Analista de Nível Superior - Contador
CRC RS 090228/O-4

Andréa Larruscahim Hamilton Ilha
Presidente do CAU/RS
CAU RS A22292-5